



FUNDAÇÃO
AEP

CONTAS 2019



CONTAS 2019

ÍNDICE

○ BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018	3
○ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	4
○ DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	5
○ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
○ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7

FUNDAÇÃO AEP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2 324 006	2 345 371
Activos intangíveis	7	625	1 125
Participações financeiras	9	919 622	836 154
Ações Nexponor		893 622	810 154
Outros		26 000	26 000
Total do ativo não corrente		3 244 252	3 182 650
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	22 713	21 208
Estados e outros entes públicos	13	2 000	75
Outros ativos correntes	10	461 531	407 287
Diferimentos	14	304 491	2 108
Caixa e depósitos bancários	4	244 844	235 163
Total do ativo corrente		1 035 579	665 842
Total do ativo		4 279 832	3 848 492
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 875 000	3 850 000
Resultados transitados	11	(402 441)	(403 723)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264 923	264 923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	2 000	2 000
		3 739 482	3 713 200
Resultado líquido do período	11	(34 059)	1 282
Total do fundo de capital		3 705 423	3 714 482
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	9		20 000
Passivos por impostos diferidos	12	51 547	51 547
Total do passivo não corrente		51 547	71 547
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	222 372	23 108
Estado e outros entes públicos	13	19 889	14 065
Outros passivos correntes	10	23 529	25 290
Diferimentos	14	257 072	-
Total do passivo corrente		522 862	62 463
Total do passivo		574 409	134 010
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 279 832	3 848 492

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruço Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2018
Vendas e serviços prestados	15	62 008	54 792
Subsídios, doações e legados à exploração	16	231 338	204 146
Subsídios		151 959	98 646
Legados à exploração		79 380	105 500
Fornecimentos e serviços externos	18	(192 309)	(163 338)
Gastos com o pessoal	19	(115 762)	(113 632)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(603)	-
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	17	5 941
Outros rendimentos e ganhos		6 146	69 507
Outros gastos e perdas		(1 524)	(30 604)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(10 688)	26 812
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(23 371)	(25 787)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(34 059)	1 025
Juros e rendimentos similares obtidos	17	-	257
Resultado antes de impostos		(34 059)	1 282
Imposto sobre o rendimento do período	20	-	-
Resultado líquido do período		(34 059)	1 282

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruço Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

2018							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2018		3 800 000	(408 476)	264 923	2 000	4 753	3 663 200
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	4 753	-	-	(4 753)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	-	-	-	-	-
		<u>3 800 000</u>	<u>(403 723)</u>	<u>264 923</u>	<u>2 000</u>	<u>-</u>	<u>3 663 200</u>
Resultado líquido do período						1 282	1 282
Resultado Integral						<u>1 282</u>	<u>1 282</u>
Operações com Instituidores no período							
Fundos	11	50 000	-	-	-	-	50 000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		<u>50 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50 000</u>
Posição no fim do período 2018	11	<u>3 850 000</u>	<u>(403 723)</u>	<u>264 923</u>	<u>2 000</u>	<u>1 282</u>	<u>3 714 482</u>
2019							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2019	11	3 850 000,00	(403 723,00)	264 923,00	2 000,00	1 282,00	3 714 482,00
Alterações no período:							
Excedentes de revalorização	11	-	1 282,00	-	-	(1 282,00)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	-	-	-	-	-
		<u>3 850 000,00</u>	<u>(402 441,00)</u>	<u>264 923,00</u>	<u>2 000,00</u>	<u>-</u>	<u>3 714 482,00</u>
Resultado líquido do período						(34 058,86)	(34 058,86)
Resultado Integral						<u>(34 058,86)</u>	<u>3 680 423,14</u>
Operações com Instituidores no período							
Fundos		25 000,00	-	-	-	-	25 000,00
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		<u>25 000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25 000,00</u>
Posição no fim do período 2019	11	<u>3 875 000,00</u>	<u>(402 441,00)</u>	<u>264 923,00</u>	<u>2 000,00</u>	<u>(34 058,86)</u>	<u>3 705 423,14</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruno Geraides - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		115 566	171 821
Pagamentos a fornecedores		(295 959)	(247 730)
Pagamentos ao pessoal		(82 525)	(99 359)
Caixa gerada pelas operações		(262 918)	(175 268)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos / pagamentos		(10 984)	61 967
Fluxos das atividades operacionais [1]		(273 902)	(113 301)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 846)	-
Outros activos		(1 846)	-
Recebimentos respeitantes a:			
Outros activos		-	-
Fluxos das atividades de Investimento [2]		(1 846)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Fundo Social		25 000	50 000
Subsídios à exploração		260 430	54 055
Juros e rendimentos similares		-	-
Outros activos		-	-
		285 430	104 055
Pagamentos provenientes de:			
Fundo Social		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		285 430	104 055
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		9 682	(9 246)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	235 163	244 409
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	244 844	235 163

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruçó Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

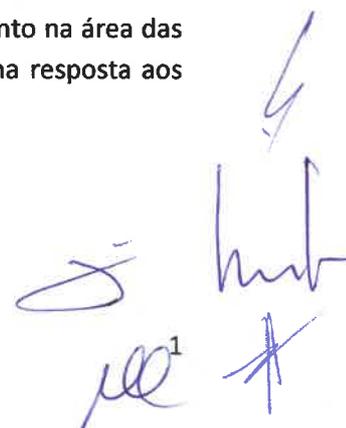
1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de Junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de Setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, no quadro das disposições em vigor em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo, adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

A preparação da informação financeira de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, tem por a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009 de 7 de Setembro e 6726-B/2011 de 14 de Março, no Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e nas portarias 105/2001 e 103/2011 de 14 de Março.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:



2

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de dismantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

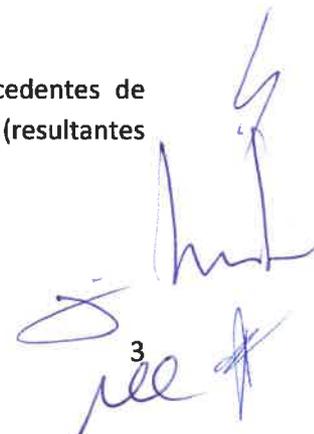
As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respectivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).



3

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Equipamento publicitário	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

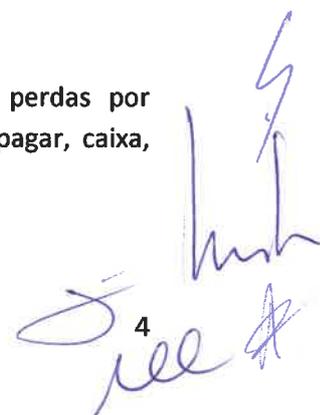
Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.



4

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

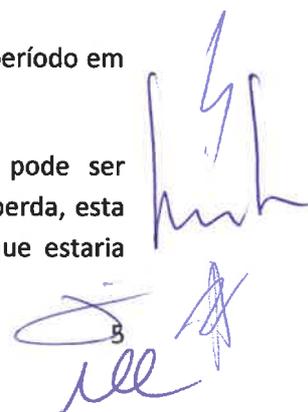
Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria



reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

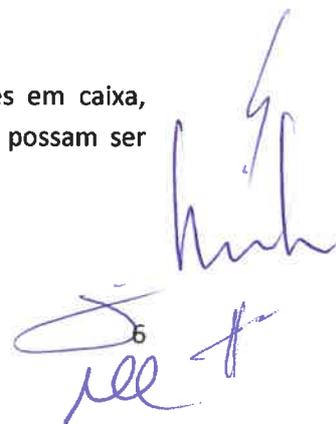
No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

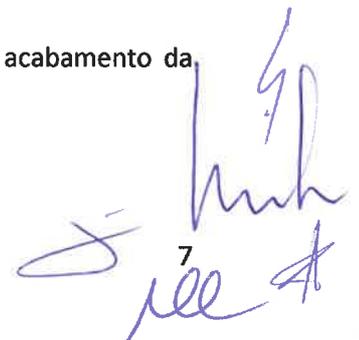
- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:



7

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acréscimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.



8

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao rédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

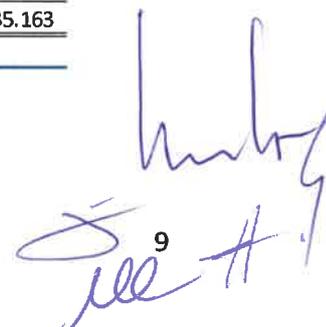
Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerário	369	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>244.475</u>	<u>235.163</u>
	<u>244.844</u>	<u>235.163</u>
	<u><u>244.844</u></u>	<u><u>235.163</u></u>



9

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

A Fundação adotou na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 as NCRF (Nota 2).

Alteração em políticas contabilísticas

A empresa procedeu em 2016 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados 2019	Serviços prestados 2018
Entidades com controlo conjunto influência significativa	65.000	50.081
Outras partes relacionadas	—	—
	<u>65.000</u>	<u>50.081</u>

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2019:

	Contas a receber correntes
Entidades com controlo conjunto influência significativa	113.366
	<u>113.366</u>

2018:

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Entidades com controlo conjunto influência significativa	125.206	2.500
	<u>125.206</u>	<u>2.500</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



11

2019			
		Outros Ativos	
		Intangíveis	Total
Ativos			
	Saldo inicial	5.000	5.000
	Saldo final	5.000	5.000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
	Saldo inicial	3.875	3.875
	Amortizações do exercício	500	500
	Saldo final	4.375	4.375
Ativos líquidos		625	625
2018			
		Outros Ativos	
		Intangíveis	Total
Ativos			
	Saldo inicial	5.000	5.000
	Saldo final	5.000	5.000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
	Saldo inicial	3.333	3.333
	Amortizações do exercício	542	542
	Saldo final	3.875	3.875
Ativos líquidos		1.125	1.125

O valor registado em ativos intangíveis refere-se ao *site* que entrou em funcionamento em 2011. As amortizações do exercício, no montante de 500 euros (542 euros em 2018), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.


 12


8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2019				Total
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	23.454	2.523.793
Aquisições	-	-	-	1.506	1.506
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	154.119	6.938	17.366	178.423
Amortizações do exercício	-	20.816	528	1.526	22.871
Saldo final		174.935	7.466	18.892	201.293
Ativos líquidos	689.224,00	1.628.407,75	306	6.068	2.324.006

	2018				Total
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	23.454	2.523.793
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	23.454	2.523.793
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	131.568	6.058	15.551	153.177
Amortizações do exercício	-	22.551	880	1.815	25.246
Saldo final		154.119	6.938	17.366	178.423
Ativos líquidos	689.224,00	1.649.224,03	834	6.088	2.345.371

As depreciações do exercício, no montante de 22.871 euros (25.246 euros em 2018) foram registadas na totalidade na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

huh
 13
 * 4

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2019	2018
Associação de Parques de Exposição do Norte - Exponor	1.000	1.000
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	25.000	25.000
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	893.622	810.154
	<u>919.622</u>	<u>836.154</u>

O valor referente à Nexponor Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo Sicafi corresponde a títulos representativos de cerca de 2% do Fundo Imobiliário e que se encontram valorizados de acordo com a proporção no seu capital próprio a 31 de dezembro de 2019.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

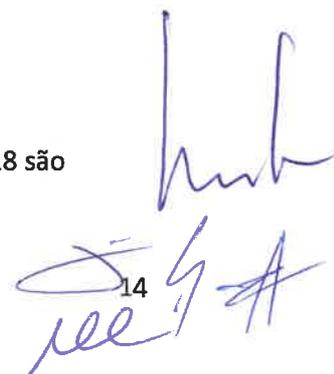
	2.019	2.018
Participações financeiras		
Saldo inicial	836.154	830.433
Aumentos	103.450	
Aumentos/(Reduções) de justo valor	17	5.941
Outras variações	<u>(20.000)</u>	<u>(220)</u>
Saldo final	<u>919.622</u>	<u>836.154</u>

Em 2019 procedeu-se ao Write-off da provisão, no valor de 20.000 euros, na rubrica “outras variações”, uma vez que a Administração entende que não persistem razões para a sua manutenção.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhadas conforme se segue:



14

ATIVOS FINANCEIROS	2019			2018		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	369	-	369	-	-	-
Depósitos à ordem (Nota 4)	244.475	-	244.475	235.163	-	235.163
	244.844	-	244.844	235.163	-	235.163
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Cientes (Nota 10)	22.713		22.713	21.208		21.208
Outras contas a receber (Nota 10)	461.531		461.531	407.287		407.287
	484.244	-	484.244	428.495	-	428.495
	729.089	-	729.089	663.658	-	663.658

PASSIVOS FINANCEIROS	2019	2018
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	222.372	23.108
Outras contas a pagar (Nota 10)	23.529	25.290
	245.901	48.398

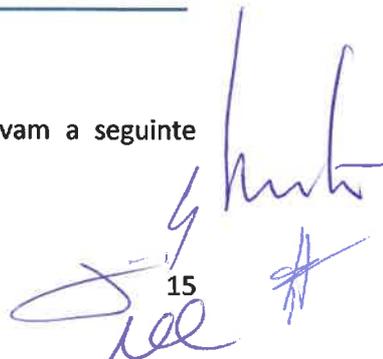
10.2 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2019			2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	22.713		22.713	21.208		21.208
	22.713	-	22.713	21.208	-	21.208

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

15



	2019			2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendimento	347.384		347.384	248.784		248.784
Outras contas a receber	114.147		114.147	158.503		158.503
	<u>461.531</u>		<u>461.531</u>	<u>407.287</u>		<u>407.287</u>

A rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimento” diz essencialmente respeito a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 347.384 euros (198.784 euros em 31 de dezembro de 2018).

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

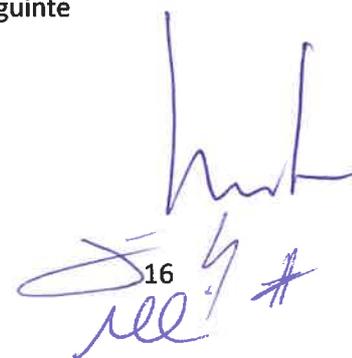
	2019	2018
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	222.372	23.108
	<u>222.372</u>	<u>23.108</u>

10.4 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro 2019 e 2018 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	18.648	18.889
Outros credores	4.881	6.401
	<u>23.529</u>	<u>25.290</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:



16

	2019	2018
Remunerações a liquidar	17.001	16.388
Outros acréscimos de custos	1.648	2.500
	<u>18.648</u>	<u>18.889</u>

11 FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019, o Fundo Social da Fundação é de 3.875.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Durante o período de 2019 o Fundo Patrimonial foi aumentado em 25.000 euros.

O Fundo foi reforçado no montante global de 25.000€ com a entrada da seguinte entidade:

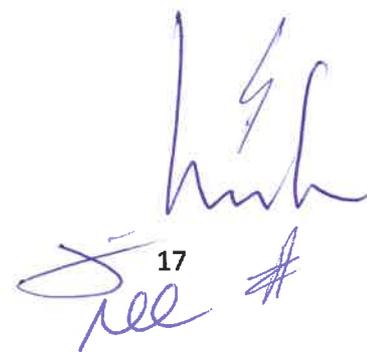
Top Atlântico – Viagens e Turismo, SA

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 689.224 euros, a sua nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 263.180 euros e os correspondentes passivos por impostos diferidos de 51.547 euros naquela data.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:



17

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	2.000	-	75	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.428	-	2.673
Imposto sobre o valor acrescentado	-	16.235	-	7.429
Contribuições para a Segurança Social	-	2.226	-	3.962
Outros Impostos	-	-	-	-
	<u>2.000</u>	<u>19.889</u>	<u>75</u>	<u>14.065</u>

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

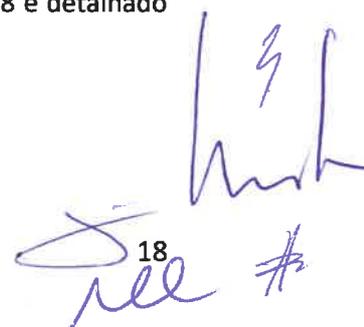
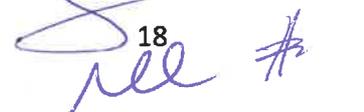
	2019	2018
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	2.053	2.108
Gastos relacionados com a Rede Diáspora	302.437	-
	<u>304.491</u>	<u>2.108</u>
Diferimentos passivos		
Receitas relacionados com a Rede Diáspora	257.072	-
	<u>257.072</u>	<u>-</u>

Em outubro de 2018 a FAEP iniciou um novo projeto para a criar uma plataforma que desse resposta a um *deficit* de informação sobre a diáspora, com o intuito de facilitar o processo de internacionalização das PME.

Em 2019 a FAEP incorreu em gastos e receitas com a plataforma, que só vai estar concluída em março de 2020, com esse propósito todos os gastos e receitas associadas a concretização da plataforma foram diferidos até essa data, altura em que vai estar em funcionamento.

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

19

 18


	2019	2018
Prestação de serviços	62.008	54.792
Juros obtidos	-	257
Outros	237.502	279.594
	<u>299.509</u>	<u>334.643</u>

	2019	2018
Serviços às empresas	62.008	54.792
	<u>62.008</u>	<u>54.792</u>

16 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:					
	2.460.591	1.699.150	761.441	151.959	1.814.659
	<u>2.460.591</u>	<u>1.699.150</u>	<u>761.441</u>	<u>151.959</u>	<u>1.814.659</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 79.380€.

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Não existem gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	257
Outros	-	257
	<u>-</u>	<u>257</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Subcontratos	115.472	21.585
Electricidade	15.364	15.437
Água	3.500	2.737
Material de escritório	327	319
Rendas e alugueres	-	105
Conservação e reparação	5.985	5.938
Comunicação	1.689	2.097
Vigilância e segurança	22.604	19.416
Trabalhos especializados	12.866	86.093
Honorários	3.850	2.125
Seguros	1.998	1.938
Limpeza, higiene e conforto	5.814	3.336
Outros fornecimentos e serviços	2.840	2.212
	192.309	163.338

Os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE.

19 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	95.013	86.683
Encargos sobre remunerações	20.131	18.416
Indemnizações	-	8.000
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	618	534
	115.762	113.632

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de colaboradores de 2019 e 2018 foi de 3 e 2, respetivamente.



20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º. 49 B do Estatuto dos Benefícios Fiscais dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho

O Conselho de Administração


Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente


António José Gomes Ferraz – Vogal


Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho – Vogal


Maria Fernanda Bruço Geraldes – Vogal


Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal